



INSTRUÇÃO ANTONIO COSTA TAMBÉM TEM DE RESPONDER

TENSÃO EM MONSANTO

TANCOS

EX-MINISTRO PREMIOU MILITARES QUE MENTIRAM

INTERROGATÓRIO Carlos Alexandre confrontou Azeredo Lopes com decisão tomada já após ter lido o memorando que indiciava ilegalidades **EXPLICAÇÃO** Diz que não tinha de denunciar



Azeredo Lopes diz que não conhecia 'encenação', mas assumiu que leu o memorando e que ficou a saber das ilegalidades cometidas pela PJM

TÂNIA LARANJO

Num interrogatório marcado pela tensão, Azeredo Lopes, ex-ministro da Defesa, reconheceu ao juiz Carlos Alexandre que autorizou os louvores aos militares envolvidos na farsa de Tancos, já depois de ter conhecimento do memorando que apontava as ilegalidades dos elementos da GNR e dos mais altos quadros da Polícia Judiciária Militar.

Sabe o **CM** que Azeredo Lopes desvalorizou o 'prémio', dizendo que era muito comum na estrutura militar e até uma forma de progressão na carreira.

Ainda no interrogatório - à porta fechada e que o **CM** reconstituiu com recurso a várias fontes de informação -, Azeredo Lopes lembrou ainda que quando o chefe de gabinete lhe falou no conteúdo do memorando que Luís Vieira lhe deu tomou consciência do comportamento ilícito da PJ Militar. Foi também nessa altura que soube que um homem, conhecido por 'Fechaduras', teria alertado as autoridades para o assalto e deram-lhe igualmente conta que se tratava de um informador das duas polícias.

Ainda segundo relato ao juiz,

os elementos da Polícia Judiciária Militar deram-lhe também conhecimento que o informador pretendia garantir o anonimato, pois estava com medo da PJ. Disse que a PJ pretendia usar

SOUBE QUE AS CHAMADAS ANÓNIMAS TINHAM SIDO INVENTADAS PELA PJM

a Polícia Marítima, para 'plantar' armas no jardim da casa.

Foi também nessa altura - reconheceu o ex-governante - a 20 de outubro de 2018, que soube dos telefonemas anónimos feitos pela PJM a partir de uma

cabine na margem sul, para permitir a recuperação do armamento.

Confrontado pelo juiz com o facto de não o ter comunicado imediatamente ao MP, Azeredo Lopes assumiu que "teve consciência do mau comportamento da PJM", mas nada fez, pois assegurou que não fazia parte dos seus deveres funcionais - o que foi defendido igualmente pelo seu advogado que garantiu que o ex-governante não tinha a obrigação, por não ter estatuto de funcionário público. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO Manhã

PORMENORES

Advogado confirma

Azeredo Lopes desmentiu em comunicado ter sabido de crimes e não os ter participado ao MP, mas à porta o advogado confirmou que Azeredo Lopes não tinha como dever funcional a denúncia às autoridades, por não ser funcionário público.

Não quis falar

A entrada e saída do Tribunal de Monsanto, onde decorre a instrução, Azeredo Lopes recusou dar qualquer explicações aos jornalistas, sobre o interrogatório perante o juiz que está com o processo. Não disse quando soube da farsa de Tancos.

Perguntas a Costa

O primeiro-ministro, António Costa, vai ter de responder por escrito. Foi arrolado como testemunha por Azeredo Lopes. Carlos Alexandre enviou cem perguntas escritas, mas admite ainda chamá-lo pessoalmente para depor.

Versões contrárias

As versões contraditórias irritaram o magistrado do Tribunal Central que disse a Azeredo Lopes que pensava que ele vinha 'desempatar'. Enganou-se: apresentou versões diferentes do seu chefe de gabinete e do diretor da PJ Militar.

Brazão confirmou

O major Brazão, da PJM, tinha afirmado que deram conhecimento do sucedido ao chefe de gabinete do ministro e que o governante foi informado. À saída do tribunal, o advogado Ricardo Sá Fernandes realçou que afinal foi confirmado o que o seu cliente tinha garantido.

AZEREDO DESMENTE SABER DE ENCENAÇÃO

Em comunicado, Azeredo disse, anteontem, que nunca assumiu saber da encenação. De facto, apenas disse que conheceu as ilicitudes. ●

DESMENTE MAS RECUSA DIZER O QUE SABIA

O ex-ministro desmente a 'confissão', mas recusa dizer o que se passou no tribunal. Não explica porque não comunicou ao MP. ●